

tutela para retirar restrição ao nome se dá no prazo médio de trinta dias, enquanto a declaração acerca do débito demora de seis meses para terminar o trâmite na primeira instância. Ato do Deputado João Gonçalves apresentou requerimento, o qual dispõe sobre sessão pública itinerante a ser realizada na cidade de Patos, próximo dia 21 de maio de 2015. Sem discussões, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado João Gonçalves fez agradecimentos e encerrou a presente sessão. E para constar, eu, Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada e rubricada em todas as suas folhas, pelo senhor Presidente, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Sala de Reuniões, Mamanguape, 14 de maio de 2015.

Deputado João Gonçalves
- Presidente -



Maria da Penha. Disse que recebe as contas de energia e de água, mas não recebe da OI. A Deputada Camila Toscano alertou que o depoente teve direito lesado e que deveria procurar assistência jurídica para pagar somente o devido. Disse que a partir do momento em que o consumidor deixa de reclamar e procurar a Justiça, a Anatel entende que houve melhoria na qualidade dos serviços. Informou que o consumidor lesado não precisa de advogado para acessar os Juizados Especiais. O deputado relator perguntou se o senhor José de Lima recebia as cobranças em sua residência e se recebia mensagem no seu celular. O depoente contou que vai para João Pessoa pagar sua conta e sempre recebe mensagens informando o uso da internet, mas que não sabe usá-la. Em seguida, o advogado Ednaldo Ribeiro da Silva ocupou a Tribuna e criticou os serviços das operadoras, além da prática ilegal de compra casada de Velox e fixo. Declarou que não ouve mensagem de voz porque para acessá-la é preciso pagar um pacote extra. A respeito da cobertura na zona rural, relatou ter conseguido antecipação de tutela em favor de um consumidor que assinou o plano OI Conta Total Light e nunca conseguiu desbloquear o chip da linha contratada em 2013. Explicou que esse cidadão estava negativado injustamente e asseverou que a Justiça tem suas falhas, mas é o meio pelo qual o usuário pode garantir seus direitos. Reprovou a aplicação de indenizações ínfimas para os danos morais, a ponto de não representar punição repressiva às empresas. Teceu críticas sobre o Sistema do Poder Judiciário e do Procon e parabenizou a iniciativa dos parlamentares. O Deputado João Bosco Carneiro indagou: "Qual o objeto da citada tutela antecipada? Qual a frequência o senhor assiste os consumidores das operadoras? Qual o tempo médio para decisão do judiciário sobre cobranças indevidas?". O depoente respondeu que a tutela antecipada determinou à empresa retirar as restrições impostas ao consumidor; as reclamações são constantes e os consumidores têm obtido êxito em suas demandas; a concessão de



os parlamentares por dar oportunidade para a população levar reclamações sobre o péssimo serviço prestado pelas telefonias móveis. Testemunhou ter contratado serviço de telefonia fixa da Oi, sendo a única forma de acessar a internet da operadora. Disse que recebeu várias visitas técnicas, mas nenhuma delas realizou a instalação. Questionado pelo relator sobre a forma de contratação, o depoente alegou a adesão via telefone e por isso não tem a via do contrato em mãos. Inúmeras foram as tentativas de contatar a operadora e solucionar seu problema, mas sua expectativa restou frustrada. O Deputado Bosco informou que a Resolução da Anatel estabelece o direito a receber todo o histórico das demandas, dados relevantes para a CPI. O depoente contou as inúmeras adversidades por que passou e da decisão de cancelar o contrato. Em seguida, os deputados Inácio Falcão e Ricardo Barbosa destacaram a importância de seu testemunho e solicitaram dados para anexar ao processo da CPI. O senhor Alexsandro Ferreira Figueiredo confirmou que enviará os dados solicitados, assim como relatos de seus ouvintes. O próximo orador, senhor Leandson Veríssimo da Silva, apontou o seguinte: a perda de sinal telefônico afeta a segurança e a saúde públicas, a população fica incomunicável e não pode acionar o SAMU para atendimento médico; impossibilidade de usar serviço telefonia móvel contratada quando viaja em cidade vizinha, porque ela é coberta por operadora diferente; quando há problemas no telefone fixo não consegue usar o móvel que está vinculado àquele; oscilação constante da internet móvel e falta de informações na hora de contratar; cobertura precária ou inexistente na maior parte do município de Mamanguape; empréstimo de crédito nos planos pré-pagos com valor trintas por cento maior; danos ambientais por falta de postos para descarte dos aparelhos radioativos. O próximo depoente a ocupar a Tribuna, senhor José de Lima, reclamou da cobrança indevida de internet e da demora na entrega das correspondências no bairro de



consumidores. Comentou que clientes de planos anteriores devem denunciar a prática apontada pelo vereador. O Deputado João Gonçalves afirmou o propósito da CPI em integrar a população na discussão e concedeu a palavra ao vereador Ronaldo Mago, o qual se acostou aos oradores anteriores e saudou os membros da comissão de inquérito. Em seguida, a vereadora Edileusa Cunha cumprimentou os deputados e, em especial, a Deputada Camila Toscano, representante das mulheres no Parlamento. Ressaltou a grande representatividade de Mamanguape nas eleições de 2014 e colocou-se a disposição para auxiliar os trabalhos da CPI. Ato contínuo, o Deputado Bruno Cunha Lima cumprimentou a todos e disse que o defeito e problema de falar por último é tornar-se repetitivo, no entanto, reiterou que "o povo da Paraíba paga, mas não recebe o serviço correspondente". É competência e dever da Assembleia Legislativa investigar e defender os interesses dos paraibanos, declarou. Comentou que em Campina Grande há legislação municipal impedindo a instalação de novas antenas, prejudicando as regiões circunvizinhas. Ressaltou a importância de Mamanguape na região e sugeriu que a comissão colhesse informações sobre os contratos das telefonias que operam no local. Disse que o telefone já foi considerado artigo de luxo e supérfluo, mas hoje é um item de segurança e de saúde, sem essa cobertura temos falha clara na prestação de serviços. Aqui a bandeira é do povo da Paraíba, sendo necessário unir as cidades e os poderes em nome de todos. Encerrou seu pronunciamento agradecendo a oportunidade de usar a palavra. Ato contínuo, o Presidente João Gonçalves questionou aos presentes se Mamanguape tinha loja de atendimento ao cliente de alguma operadora. O vereador Ronaldo Mago respondeu que a população deve dirigir-se a João Pessoa para formalizar suas reclamações. Em seguida, foi aprovada a notificação do senhor Ednaldo Ribeiro. Ocupou a Tribuna o senhor Alexsandro Ferreira Figueiredo, radialista da Rádio Litoral Norte FM, que elogiou



administrativa quanto judicialmente. Parabenizou a CPI e ressaltou ser imprescindível cobrança aos órgãos responsáveis. O Vereador Emerson Ferreira comentou que em Pitanga da Estrada e em outros distritos de Mamanguape, nenhuma operadora funciona e relatou dificuldades em acionar a polícia no local. A Deputada Camila Toscano indagou: "Qual a distância desses locais para a sede de Mamanguape? Existe telefone público no local?". O depoente respondeu que são vinte e oito quilômetros de distância, o local tem apenas um "orelhão" quebrado e que há uma antena da OI inoperante. Ato contínuo, o vereador Severino Coelho denunciou problemas nos distritos de João Pereira, Camaratuba, Brejinho e Ibiribeira, onde só é possível ligar em cima das árvores. Lamentou a péssima qualidade dos serviços, em contraposição aos altos preços cobrados. Comprometeu-se a registrar as reclamações e encaminhá-las à CPI. O próximo orador, Vereador Luciano Castor, saudou a todos e disse ser uma honra receber a CPI nesta Casa. Disse que não há Procon em Mamanguape, razão pela qual a população deixa de registrar suas reclamações, e afirmou ter confiança nos trabalhos desta CPI. O vereador Flávio Sarafim cumprimentou os parlamentares e agradeceu a escolha de Mamanguape para participar dessa reunião. O problema é crônico, em todos os municípios a cobrança de tarifas é alta. Relatou a queda de sinal e o aumento do número de pontos cegos na cidade, estranhando a piora nos serviços, pois houve aumento de acessos no local. Os consumidores não têm controle do seu consumo e a fiscalização da Anatel é precária, fatos que ferem a dignidade da pessoa humana em seu direito a se comunicar. Com a evolução dos aplicativos como Whatsapp, o número de usuários de pacotes de internet aumentou, no entanto, as operadoras passaram a adotar o corte completo do sinal quando atingido limite da franquia, sendo que até recentemente havia apenas a redução da velocidade. O Deputado João Bosco Carneiro informou site para verificação da velocidade de internet móvel e acessível aos



formuladas a esta CPI, disse que o "povo cobra respostas" e essa comissão vai ficar para a história da Paraíba. Criticou os altos preços dos serviços e lamentou as inúmeras falhas das telecomunicações. Em seguida, o Deputado João Gonçalves submeteu a votação a notificação do senhor Edvaldo Madruga que foi aprovada por unanimidade. O próximo orador, Deputado João Bosco Carneiro agradeceu a recepção da Câmara de vereadores e disse que o objetivo da CPI é apurar os danos causados aos consumidores pelas operadoras. Sustentou que a telefonia móvel é serviço essencial e deve ser prestado continuamente, isto porque o telefone fixo entrou em desuso. Criticou a atuação da Anatel e que a sua organização prejudica a população, desestimulando os consumidores a reclamar. Deve-se dar transparência aos atos das operadoras, asseverou o Deputado João Bosco Carneiro. Informou e-mail para denúncias e reclamações: cpidatelefoniapb@gmail.com. Ressaltou a importância do registro das falhas das telefonias e que a cobrança indevida deve ser restituída em dobro. Tratou do problema de borda de sinal que gera a cobrança indevida de taxa de interconexão, da queda de sinal, dos pontos cegos, e incentivou os cidadãos a denunciar as irregularidades. Criticou a Anatel e o Governo Federal por não apoiar as investigações. Neste momento, o Deputado João Gonçalves cumprimentou a senhora Giseuda da Silva e concedeu a palavra à Deputada Camila Toscano. A oradora disse o objetivo da CPI é apurar denúncias e problemas enfrentados pela população. Identificou diversas irregularidades, dentre as quais destacou a ausência do sinal telefônico móvel e a não na transmissão de dados. Ato contínuo, o Presidente registrou a presença do Deputado Bruno Cunha Lima e concedeu a palavra ao Vereador Ezequias Ferreira, que cumprimentou a todos e parabenizou a iniciativa desta CPI pela prestação de serviço de tamanha importância para a sociedade. O próximo orador, vereador Neto Belino observou a inércia na resolução dos problemas no setor de telecomunicação, tanto



discussão e votação, foi aprovada sem restrições. Leitura do ato de convocação publicado no Diário do Poder Legislativo nº 6.973: Leitura dos Ofícios nº 020/2015 e nº 1056/2015. Em seguida, o deputado justificou a ausência do Deputado Anísio Maia por motivos de saúde e do Deputado Janduhy Carneiro que acompanha a Frente das Águas em visita ao município de São Bento. Convidou para compor a Mesa o Dr. Adalberto Falcão, Procurador da Assembleia Legislativa. Com a palavra, o Deputado Ricardo Barbosa disse que a precariedade da prestação de serviços abrange todos os municípios da Paraíba, prejudicando constantemente os consumidores. Os depoimentos sobre o caos da telefonia móvel são estarrecedores e é prerrogativa do Congresso Nacional investigar por tratar-se de serviço contratado mediante autorização federal. Segundo o parlamentar, o número de telefones móveis supera o de habitantes no Brasil e, devido as irregularidades das operadoras, a UNALE recomendou a abertura de CPI's. Louvou de forma pública a obstinação do Deputado João Gonçalves em apurar a responsabilidade sobre os danos causados à população, pois o sentimento da população é de ceticismo, e afirmou que essa é uma guerra contra o poderio econômico das operadoras. Ressaltou a competência do Deputado João Bosco Carneiro e o desejo de contribuir para solucionar ou indicar saídas para a situação preocupante dos serviços de telecomunicação. Conclamou os vereadores e a população para colher depoimentos e provas concretas de ilícitos e falhas graves das telefonias para integrar ao relatório. Comentou que o Ministério Público e o Ministério Público Federal aderiram à causa. Ato contínuo, o Deputado João Gonçalves agradeceu à emissora que transmitia a sessão ao vivo, submeteu à discussão e votação o requerimento em Mesa, o qual foi aprovado por unanimidade. O Deputado Inácio Falcão saudou todos os vereadores presentes e à sociedade civil, falou da importância das sessões itinerantes para coleta de dados da telefonia móvel em todo o Estado. Rebateu críticas



[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa



ATA



ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA TELEFONIA MÓVEL CONSTITUÍDA ATRAVÉS DO ATO DO PRESIDENTE Nº 33, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2015.

Às onze horas do dia quatorze de maio do ano de dois mil e quinze, no Plenário Gustavo Fernandes da Câmara Municipal de Mamanguape, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel, instituída pelo Ato do Presidente nº 33/2015, com o objetivo de tratar sobre o andamento dos trabalhos de investigação dos fatos que estão sendo apurados por este órgão colegiado. O senhor presidente deputado João Gonçalves "invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" declarou aberta a presente reunião, contando também com as presenças dos membros titulares: Camila Toscano, Inácio Falcão, João Bosco Carneiro e Ricardo Barbosa. Logo em seguida, a Presidência convidou para secretariar os trabalhos o Deputado Ricardo Barbosa, a quem requisitou à leitura do expediente em Mesa. Leitura da Ata da 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel, realizada no dia 12 de maio de 2015, que submetida à